

Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da *belle époque***

A temática do amor já suscitou e continua a suscitar uma vasta produção artística e teórica, além de ser tema e acontecimento marcante na vida cotidiana de grande parte dos indivíduos. O modo como o amor é tratado e vivido varia de acordo com aquele que o aborda e com o momento religioso, histórico, político, social e cultural em que vive. Afirmar isto é dizer que entendemos o amor não como algo natural, inerente ao ser, sentido e experimentado da mesma maneira por todos em qualquer lugar e período histórico. Muito pelo contrário, pensamos que a noção de amor é sempre construída, datada e, conseqüentemente, passível de ser mantida, ordenada, e alterada. Esta possível mudança diz respeito tanto ao indivíduo quanto à sociedade a qual ele pertence. Ela ocorre em função das expectativas e práticas amorosas e das necessidades dos indivíduos, bem como do imaginário, dos costumes, das crenças e dos valores sociais vigentes.

Poderia ser dito que a mudança diz respeito às maneiras como se vivencia o «amor», que as práticas são diversas, mas não o «amor». Discordamos desta idéia. Acreditamos que ao falarmos de práticas estamos falando também do que se compreende por amor, do seu significado, e que o sentimento amoroso exprime uma concepção de amor específica. As práticas amorosas expressam uma determinada noção de amor ou o desvio desta e a construção de uma outra. Neste sentido, podemos supor que haja uma discrepância entre a «prática» e a «teoria», ou seja, que o indivíduo experimenta o amor de uma certa maneira que é distinta daquela como ele o define ou idealiza. De qualquer forma, ao vivenciar uma outra prática amorosa se está engendrando uma nova concepção para o amor. Isto significa dizer que o campo

* Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Este artigo é uma versão modificada de uma parte da tese de doutorado em Psicologia intitulada *Contextuais e Pragmáticos: Os Relacionamentos Amorosos na Pós-Modernidade*.

amoroso é plural e dinâmico, que práticas e conceitos, ou melhor, conhecimentos se interferem mutuamente. Há inúmeros estudos que mostram como noção e prática amorosas foram sendo transformadas ao longo da história a partir de mudanças históricas, religiosas, sociais, culturais¹. Assim conhecemos, por exemplo, o amor platônico, o amor cristão, o amor cortês e o amor romântico. Cada uma dessas noções diz respeito a um sentimento que expressa uma determinada crença emocional. Paralelamente ao sentimento amoroso, existe algo que é da ordem do juízo, por exemplo, ao fazer uma escolha amorosa há nessa ação um julgamento no qual o indivíduo leva em conta suas experiências passadas e necessidades, seus valores, expectativas e ideais, sua condição contextual de vida.

Considerar o amor como «uma categoria primordial, não tendo nenhum outro fundamento além de si mesmo» (Simmel, 1993 [1892], p. 124), ou «uma função imanente [...] formativa da vida psíquica» (*op. cit.*, p. 126), ou um sentimento que existe independentemente do mundo empírico, de toda e qualquer ação exterior, não ajuda a refletir sobre as características e transformações do amor. Concordando com Lejarraga (2002), preferimos pensar que «os amores, enquanto experiências subjetivas, não são estruturas fixas nem universais, mas práticas lingüísticas que se transformam no curso da história humana» (p. 13). Lembramos de uma máxima de La Rochefoucauld que diz: «Existem pessoas que nunca teriam estado apaixonadas se não tivessem ouvido falar de amor» (*apud* Luhmann, 1991, p. 21). Afirmar isto implica supor que o amor tem formas diferentes que são próprias a determinadas épocas, culturas e grupos sociais. A maneira como o indivíduo sente, expressa e vivencia o sentimento amor está relacionada a um conjunto de idéias, fantasias, imagens e discursos ao qual ele tem acesso, no qual ele é inserido por intermédio da sua família e do(s) grupo(s) social(ais), com o qual ele se identifica ou não.

Colocar em discussão o amor pode parecer estranho para alguns que o vêem como algo que não é para ser pensado ou não é passível de questionamento. O amor parece ser visto por esses como um sentimento inerente ao ser humano e que poderá ser vivido e manifesto de diferentes maneiras; no entanto, ele é percebido como o mesmo, como algo dado, com o qual o indivíduo nasce e é capaz ou não de vivenciá-lo, expressá-lo e compartilhá-lo. Deste modo, fala-se em amor como se ele significasse para todos a mesma coisa, como se todos tivessem as mesmas expectativas diante dele e considerassem satisfatória uma mesma prática amorosa. Certamente é possível pensar em tendências, em movimentos dominantes, em um maior ou menor grau de vigilância, controle e regulação social sobre as vivências

¹ V., entre outros, Ariès e Béjin (1987), Chaves (2001), Duby (1991), Gay (1990), Giddens (1993), Lipovetsky (2000), Luhmann (1991), Rougemont (2003) e Vaitsman (1994).

amorosas e os significados que são construídos e alimentados. Esses movimentos dominantes se caracterizam por determinadas noções, valores, ideais e modelos que são apresentados ao indivíduo como os melhores ou corretos, e com os quais ele pode, ou deve, vir a se identificar. Porém, o fato de existir uma tendência prevalente não exclui a possibilidade de haver variações ou outros modelos que sejam mais atraentes e significativos para o indivíduo. Em alguns períodos da história, como, por exemplo, na era vitoriana, essas variações estiveram presentes de maneira menos legitimada pela sociedade e co-existiram de modo conflituoso com o modelo dominante ou marginal a este. No Brasil da *belle époque*, a pluralidade do campo amoroso existente era vigiada e cerceada em função dos interesses político-econômicos e culturais de determinados grupos sociais.

O objetivo deste trabalho é investigar a pluralidade do campo amoroso, ou seja, as noções de amor e as práticas amorosas, e a maneira como este campo está submetido a intervenções religiosas, políticas, culturais e sociais. Mais especificamente, pretende-se discutir sobre o encadeamento das práticas amorosas e o encaixe destas em uma política social de longo prazo, nos séculos XIX e início do seguinte. A partir de estudos das ciências humanas e sociais, primeiramente, busca-se mapear o campo amoroso da burguesia européia da era vitoriana, a qual exerceu grande influência sobre o Brasil da *belle époque*, enfatizando o papel exercido pelas mulheres nas transformações do amor. Finalmente, através da análise da situação brasileira, procura-se mostrar como as práticas amorosas foram ordenadas segundo as condições político-econômicas e sociais então vigentes.

O IDEAL ERÓTICO BURGUEÊS

De acordo com Gay (1990), o ideal erótico burgueês era o amor conjugal. Os ideais burgueses de virgindade, monogamia e pureza ajudavam a sustentar a finalidade última do amor (o amor burgueês), o casamento. Geralmente, o casamento se dava por razões de família, dinheiro, segurança monetária ou ascensão social. O puritanismo, as preocupações morais, o rigor das convicções religiosas, em suma, a exigente e rígida cultura da burguesia esperava de homens e, sobretudo, de mulheres uma reserva erótica, subordinava a concupiscência ao afeto no casamento legal e eterno. O ardor apaixonado era contrário ao amor burgueês, e, ao menos como um ideal regulador, o desejo erótico devia se voltar para a procriação de filhos. Para Gay (*op. cit.*), apesar da ênfase no ideal de amor conjugal, da extrema vigilância e controle da sociedade burguesa sobre as práticas amorosas, havia uma «variedade nos padrões do amor respeitável» (p. 9). Segundo o autor, «as colisões de estilos sociais, as pressões do temperamento, as inibições ou

inclinações neuróticas, o encanto anárquico das paixões súbitas [...] deixavam um amplo espaço para motivações amorosas menos calculistas do que a vantagem material ou a ascensão social» (p. 9). Deste modo, por um lado, havia o modelo dominante do amor burguês que era o padrão amoroso legitimado socialmente e que expressava a cultura burguesa da época. Por outro, existiam algumas variações que apontavam para amores impulsivos, eróticos e românticos que tentavam escapar da reserva, das proibições e do medo de transgredir normas de conduta que, por exemplo, cerceavam a satisfação de desejos sexuais. Através da análise da literatura da época e de registros (cartas) — tal como o fragmento citado abaixo — deixados pelos amantes burgueses, Gay procura mostrar que a satisfação sentimental e os prazeres do relacionamento sexual podem não ter sido tão excepcionais como se costuma pensar quando se olha para a era vitoriana.

Nunca estive na minha vida numa condição tão excitável. Acho que devíamos voltar a nos escrever de modo reservado, como antes [...] No entanto, talvez não haja mal, sei que não há pecado [...] Eu já tinha praticamente desmamado a pequena Mamie [um de seus dois filhos], mas agora ela mama dia & noite bastante — enquanto fico acordada com ela no colo penso em você. Às vezes me lembro das cartas excitantes que você escreveu recentemente, ou imagino como será o nosso prazer quando estivermos de novo lado a lado, e fico tão excitada que às vezes chego a ter medo de que isso possa afetar Mamie de algum modo desfavorável [*op. cit.*, p. 115].

Este fragmento de carta escrito por uma esposa para seu marido que estava temporariamente longe de casa, em função de uma guerra, mostra uma mulher dividida entre as exigências do amor conjugal burguês e um amor mais erótico ou talvez um amor romântico, os quais eram vistos na cultura burguesa como inapropriados. Ainda fazendo referência ao trabalho de Gay (*op. cit.*), percebe-se o quadro amoroso da era vitoriana se tornar mais complexo quando o autor discute a questão dos «amantes problemáticos» (homoeróticos). Após um período de discrição, estes passaram a desafiar e desprezar as regras morais dominantes, conseqüentemente, a sofrer as censuras e condenações vigorosas da «sociedade respeitável» (p. 178) e a aprofundar a distinção feita entre um «amor inocente» (amor burguês) e um «amor corrupto» (amor homoerótico) (p. 177). A complexidade do quadro amoroso aumenta ainda quando Gay analisa o «amor selvagem» com sua paixão desenfreada vivida pelas classes camponesa e operária (p. 342). Mais uma vez, o autor defende a idéia de que na era vitoriana havia um modelo de amor que deveria ser reproduzido por todos, o amor conjugal burguês, mas que paralelamente a este modelo existiam outras noções, expectativas e práticas amorosas.

Apesar de os estilos amorosos e sexuais da classe burguesa poderem ser descritos como «policromáticos» (*op. cit.*, p. 335), para grande parte da burguesia das primeiras décadas do século XIX, a satisfação emocional era um luxo, já que a finalidade do amor era o casamento. Muitos dos jovens, sobretudo das jovens, que se viam, na maioria das vezes, impingidos a casar independentemente de seus desejos sonhavam com um amor que não existia em seus cotidianos e ao qual tinham acesso, por exemplo, através da leitura de romances. De acordo com Gay, o século XIX foi rico na produção literária. Os temas dos romancistas giravam em torno das questões consideradas importantes: o dinheiro, a classe, a política e, preocupação fundamental, o amor (*op. cit.*, 120). A obra de ficção funcionava tanto como um «reflexo da sociedade» (p. 125) quanto como um «narcótico» (p. 130), um modo de aliviar e escapar de «realidades avassaladoras» (p. 129). Esta última função era possível com romances amenos e agradáveis, histórias de amores previsíveis e melodramas com final feliz.

Embora houvesse uma variedade de gostos da classe burguesa bastante grande, assim como uma demanda voraz por romances, para Gay, «a maioria dos leitores burgueses do século XIX, em suma, não queria saber de obras de ficção que explorassem conflitos psicológicos ou retratassem as vicissitudes desanimadoras de seu mundo emocional» (p. 129). Assim, havia uma infinidade de romances nos quais a experiência erótica da época era distorcida, o amor — diferente do amor burguês — triunfava muitas vezes entre pessoas que vinham de classes sociais distintas e o prazer sexual era explosivo. Percebidas por puritanos e moralistas como encorajadoras de imoralidades e perturbadoras da ordem, estas obras de ficção eram fonte de inúmeros e veementes ataques e estimulavam desejos que, em sua maior parte, acabariam por ser satisfeitos de forma solitária ou com prostitutas. Paralelamente, elas colocavam em marcha uma série de fantasias, as quais alimentavam um imaginário amoroso que se diferenciava dos amores vividos pela grande maioria dos burgueses e que viria a contribuir para a formação de uma nova ética amorosa. Retratando de forma precisa os acontecimentos, descrevendo e analisando, mais ou menos subjetivamente, as experiências e fantasias da época, expondo tendências de mudança que já se encontravam de algum modo diluídas e dispersas na sociedade, a vasta produção impressa — livros, artigos e guias de comportamento — foi, aos poucos, e não sem resistências, ajudando homens e mulheres a construir outras expectativas e práticas amorosas.

A PLURALIDADE DO CAMPO AMOROSO

O campo amoroso da era vitoriana apresentado até aqui se caracteriza pelo amor conjugal (o modelo dominante), o amor homoerótico e o amor

sexual das classes operária e camponesa. Até então não nos reportamos ao amor romântico, que, após aparecer no final do século XVIII, estabeleceu-se como um importante ideal no século seguinte, tornando o quadro amoroso mais vasto. Expor o amor romântico é tarefa difícil, posto que sua definição é controversa e que esta noção passou por re-configurações ao longo de sua história. O presente artigo não se propõe a investigar a história do amor romântico, mas sim apresentar elementos que ajudem a clarear esta noção. Não se trata aqui somente de uma precisão de termos — o quê, em si, já é bastante complexo —, mas sim da tentativa de facilitar o mapeamento do campo amoroso do século XIX.

De acordo com Campbell (2001), a definição do romantismo pode ser entendida como problemática por três razões: primeira, ele compreende desenvolvimentos em diferentes campos, tais como o da vida intelectual e cultural, além de mudanças correlatas nos comportamentos sociais, que ocorreram em diferentes partes da Europa durante quase um século. Segunda, várias e importantes definições dadas ao romantismo foram feitas por antagonistas que muitas vezes estavam mais preocupados em defini-lo do que em defendê-lo. E, terceira, o romantismo dificilmente é visto como um sistema unificado de idéias; pelo contrário, ele é mais facilmente apresentado como um impulso para o caos, no qual a rebelião tem lugar de destaque; por isso qualquer tentativa de dar uma definição fechada do romantismo escapa a sua própria concepção (p. 252). Para o autor, é possível que em todas as sociedades tenha havido indivíduos que demonstraram um «temperamento romântico», embora estas manifestações tivessem se tornado realmente expressivas no final do século XVIII e início do XIX. Segundo Campbell, o movimento romântico europeu se desenvolveu a partir do sentimentalismo do século XVIII (*op. cit.*, p. 251). Apesar de este período ser descrito como a idade da razão, ele deve também ser visto como a idade do sentimento (*op. cit.*, p. 196), uma época de culto à sensibilidade, de suscetibilidade a sentimentos virtuosos, tais como piedade, simpatia, benevolência e sinceridade, de preocupação com o outro, de superioridade do espiritual sobre o material. A expressão dessas emoções era percebida como um dever moral e vista tanto como um sinal de virtude quanto uma fonte de prazer.

Foi pelo crescente exagero dessa expressão, pela exacerbada ênfase posta sobre a demonstração emotiva, que a sensibilidade provocou o ridículo e a sátira e começou a ser desacreditada. A partir de um determinado momento, a sinceridade da emoção que era expressa passou a ser colocada em dúvida. Começou-se a acreditar que esta expressão em si era mais importante para os sentimentalistas do que a situação dos outros, a verdadeira preocupação com as aflições dos outros, e que eles falavam em virtudes que nunca haviam praticado. Ainda segundo Campbell (*op. cit.*), «desse modo, o sentimentalismo passou a ser visto como uma filosofia suspeita, capaz, como

o foi, de servir de pretexto para comportamento essencialmente egoísta e cruel» (p. 244). Para o autor, a mudança da sensibilidade para o romantismo pode ser compreendida, em parte, como a necessidade de se defender a «verdadeira» sensibilidade, a qual se opõe às expectativas convencionais, à hipocrisia e à dissimulação (pp. 248-249). O romantismo se opôs também à cultura racionalista, empirista, universalista e materialista do iluminismo, valorizando os sentimentos, a mudança, a diversidade, a individualidade e a imaginação. O individualismo enfatizado foi um «individualismo qualitativo» (Simmel, 1967 [1902]), o qual acentuava a singularidade dos indivíduos, que desejavam se distinguir um do outro e que se tornavam únicos e insubstituíveis. É um individualismo que aponta para a subjetividade, que remete cada um ao seu mundo interior e que possibilita uma vida sentimental condizente com uma interioridade que é singular. Daí se criou o caminho para uma vivência amorosa que dizia respeito aos desejos, afetos, sonhos e realidades de cada um, e não mais restrita ou cerceada por normas e regras externas ao indivíduo.

De acordo com Luhmann (1991), «[...] o romantismo pressupõe ascese, protelamento da satisfação» (p. 204). Para o autor, aí reside um paradoxo tipicamente romântico, «[...] a vivência da *intensificação* do olhar, do experimentar, do fruir, *através da distância*. O afastamento permite a unidade entre a auto-reflexão e o compromisso que se perderia na fruição imediata» (p. 180). O paradoxo está no movimento de vai-e-vem, no desejo de aproximação e de fruição e no afastamento que alonga o compromisso, na intensificação que se dá através da distância. É possível entender este paradoxo, do qual fala Luhmann (*op. cit.*), também pelo fato de que, se, por um lado, o romantismo pressupunha ascese, adiamento da satisfação, por outro, foi com ele que a interdependência entre sexualidade e amor foi consagrada, que ela passou a ser vista como essencial ao amor (*op. cit.*, p. 51). A satisfação esperada era sexual, além de emocional. A inclusão da sexualidade na semântica do amor, a necessidade de pensar na sensualidade quando se fala de amor, já estava presente no século XVIII; no entanto, foi somente com o amor, romântico que se tornou possível uma integração de ambos, que o componente sexual era percebido como essencial para o código amoroso (*op. cit.*, pp. 147-151). Segundo Giddens (1993), ao mesmo tempo que o amor romântico abarcava a sexualidade, ele também rompia com ela, fazia o amor sublime predominar sobre o ardor sexual e dava um novo significado para a «virtude», a qual passou a compreender qualidades de caráter de uma pessoa, o que a distingue das demais (p. 51). O relacionamento amoroso deveria se dar, então, não entre um casal formado a partir da decisão familiar, por exemplo, mas sim entre dois indivíduos que se escolhem livremente em função de suas particularidades e que compartilham amor e desejo sexual.

Assim como a proposta de unidade entre amor e sexualidade foi fundamental para o amor romântico — proposta esta que faz com que o casal busque um no outro tanto satisfação amorosa quanto sexual —, também foram as idéias de reciprocidade e de exclusividade. O amor devia ser realizado completamente e simultaneamente com reciprocidade e era a coincidência de sentimentos que dava sentido e sustentação ao relacionamento. A relação amorosa era percebida e vivida como um investimento emocional a dois, mas não «quaisquer dois», e sim dois indivíduos específicos, exclusivos, que com suas próprias «virtudes» (Giddens, *op. cit.*) despertavam um no outro o amor. No entanto, de acordo com Gay (1990), a experiência e a experimentação no mundo eram aspectos necessários ao ideal romântico. Com isso, o primeiro amor, ou o amor à primeira vista, não tinha papel de destaque no programa romântico; pelo contrário, para a maioria dos românticos «o amor era uma expedição conjunta e extensa, que requeria habilidade, maturidade e o tipo de experiência que só anos de amor, e *amor por mais de um parceiro*, podiam trazer. *O amor eterno era transferível.* (*op. cit.*, p. 56) (itálicos nossos). A importância dada à experimentação e variedade de parceiro parece mais condizente com a valorização da mudança e da diversidade feita pelo romantismo. Além disso, tendo em vista que a escolha amorosa romântica deveria ser realizada livremente e em função do compartilhamento de amor e desejo, e que era a coincidência de sentimentos que dava sentido e sustentação ao relacionamento, é de se supor que este estado pudesse não perdurar para sempre, que ele se esgotasse e deixasse os indivíduos livres para mais uma «expedição conjunta e extensa».

Enquanto para os românticos o amor era condição *sine qua non* para uma relação e o casamento era questionado, principalmente o casamento para a vida inteira, para a grande maioria dos burgueses o sentimento amoroso era uma questão menor e a finalidade última do amor era o casamento (*ibid.*). Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, os burgueses começaram a criticar o casamento como um mero arranjo financeiro e a valorizá-lo como uma união de corações. O que se viu a partir de então foi uma convivência de convicções contrárias no âmbito da sociedade, das famílias e também dos indivíduos. O campo amoroso da era vitoriana, que dizíamos variado, com o «amor inocente» (amor burguês), o «amor corrupto» (amor homoerótico) e o «amor selvagem» (amor sexual), se tornou mais complexo com o amor romântico. De qualquer modo, é importante enfatizar que, apesar das diversas maneiras de amar do século XIX, havia aí uma separação clara e estável entre as formas relacionais e, ao mesmo tempo, um discurso que pretendia unificá-las ou convertê-las ao modelo dominante, o amor burguês. Havia ainda um controle e uma vigilância sobre as práticas consideradas inapropriadas. Este controle era exercido pelas famílias, pelos puritanos e moralistas com o objetivo de cercar as possibilidades de movimento ou

mudança dos indivíduos, regular suas relações de intimidade, exigir deles autocontrole e impor restrições às satisfações sexuais e sentimentais.

O amor romântico colocou o sentimento amoroso em um outro patamar. Mesmo entre alguns burgueses cresceu uma ideologia do amor na qual este era visto como destino pessoal e fonte de felicidade. Ao mesmo tempo que o amor romântico influenciou a forma burguesa de amar podemos perceber também uma interferência inversa ou uma certa *domesticação* dele. O amor romântico apresentava um aspecto transgressor ao tentar quebrar com as normas e regras da era vitoriana, ao se opor às expectativas convencionais, ao questionar o casamento para a vida inteira, ao dar ênfase à experimentação e ao sentimento amoroso, que, até então, tinham pouco ou nenhum valor, ao incluir a sexualidade em sua semântica e assinalar a importância da satisfação sentimental e sexual — mesmo que, paradoxalmente, falasse em protelação da satisfação. Porém, no contexto religioso, político, social e cultural em que houve uma interferência entre o amor conjugal burguês e o amor romântico parece ter se perdido algo da potência transgressora e inovadora deste último.

De acordo com Lejarraga (2002), seguindo a teoria rousseauiana do amor romântico, «[...] o modelo do amor romântico conjuga sexo, amor e casamento, propondo um amor recíproco e indissolúvel, cuja finalidade última é a felicidade» (p. 32). Mais precisamente, para a autora, a proposta romântica rousseauiana permite diferenciar duas vertentes para o amor romântico: o amor romântico conjugal, que sinaliza a solidez moral do laço conjugal, e o apaixonamento romântico, marcado por sentimentos passionais (*op. cit.*, p. 38). Entendemos que o amor romântico, ao ser levado para dentro do casamento foi domesticado, apaziguado, quando colocado como alicerce para o casamento eterno, a manutenção e a coesão da família e, conseqüentemente, a organização da sociedade². A junção de sexualidade e amor no casamento, para além de algo esperado e desejado por muitos homens e mulheres, tornou-se fundamento da relação e modo de controle de suas vidas privadas³.

A diferenciação entre «amor romântico conjugal» e «apaixonamento romântico» nos leva a pensar em uma outra noção importante para nossa

² Doravante, chamaremos de «amor romântico domesticado» aquele que foi levado para o interior do casamento, que passou a ser seu fundamento. Preferimos nomear este amor de «domesticado» a fim de lembrar e enfatizar que se trata de uma derivação do amor romântico ou de um uso que é feito dele. Além disso, frisamos também que nesta forma relacional domesticada muito se perdeu do que havia de transgressor e inovador.

³ A junção de sexualidade e amor no casamento articulada a outros fatores, tais como a redução das condutas sexuais masculina e feminina às funções paterna e materna, a ênfase posta no amor entre pais e filhos e a importância dada ao cuidado com a educação desses últimos, fez parte da política higiênica que no Brasil teve início no século XIX e serviu para manter e reproduzir a ordem social burguesa (cf. Costa, 1979).

discussão, a de paixão, especificamente, a de amor-paixão (*amour passion*). O amor-paixão, conforme definido no livro *Do Amor*, de Stendhal (1999 [1822]), se opõe à razão, aos interesses exteriores ao indivíduo, e dificulta a integração deste na sociedade. O apaixonamento pensado por Stendhal se dá através de uma série de cristalizações que consistem em atribuições de perfeições à pessoa por quem se ficou impressionado, com quem se começa a sonhar e de quem se espera retribuição, isto é, também ser amado. Segundo Luhmann (1991), o amor-paixão que começou a surgir na França do século XVII sofreu diversas transformações. Ele se encontra, em parte, na origem do amor romântico, o qual tem aspectos que lhe são concernentes, como, por exemplo, a reivindicação à liberdade amorosa, a valorização da imaginação e a protelação da satisfação. Diferentemente do amor romântico, o amor-paixão se caracteriza por ser fortemente erotizado, ter uma qualidade de encantamento, provocar um envolvimento emocional invasivo com o outro, basear-se em um amor único, à primeira vista, intenso e de pequena duração. De acordo com Giddens (1993), o amor apaixonado é refratário ao casamento e percebido como perigoso à ordem e dever sociais (p. 48). Assim entendido, o amor-paixão se diferencia do amor conjugal burguês, que tem por finalidade o casamento, e do amor romântico, no que se refere à intensidade e à urgência, e também quando este último é apaziguado, perde sua característica de experimentação, seu caráter subversivo, é levado para dentro do casamento eterno, e entendido e vivido como o alicerce do casamento e da família.

Enquanto o amor romântico vincula e valoriza amor e liberdade, o amor-paixão é libertador somente no sentido de quebrar a rotina e o dever, pois, embora ele dê importância à liberdade, acaba sendo vivido como algo aprisionador que transborda e toma a vida do indivíduo, a qual passa a girar em função deste sentimento. É por isso que o amor apaixonado é percebido como uma ameaça e posto à parte das instituições sociais. Já o amor romântico, na interpretação de Giddens (*op. cit.*), teve importante papel na organização da sociedade do século XIX — entendemos que Giddens se refere aqui ao que chamamos amor romântico domesticado. De acordo com o autor, este papel é mais bem compreendido quando essa noção de amor é analisada paralelamente a outros fatores presentes naquele período. Um deles foi a criação do «lar» como um ambiente distinto do trabalho, onde, ao menos a princípio, o indivíduo poderia encontrar apoio emocional. Um segundo fator importante foi a modificação nas relações entre pais e filhos. Enfatizou-se a necessidade de forte troca afetiva entre eles, a importância das mulheres na criação de seus filhos e a vulnerabilidade e fragilidade das crianças, que então demandavam cuidados especiais e um tempo mais prolongado. O terceiro fator que deve ser considerado quando se olha para o amor romântico (domesticado) como elemento importante para a organização da sociedade é «a invenção da maternidade» (*op. cit.*, p. 53), ou seja,

atribuiu-se um novo *status* à mulher, que foi valorizada a partir da idealização da figura materna. Tendo em vista o propósito deste trabalho, deixamos de lado a análise destes fatores, retendo somente o que daí se depreende, que é o papel exercido pelas mulheres para as transformações da cultura amorosa.

A MULHER E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES AMOROSAS

Vimos anteriormente como a partir de meados do século XIX o sentimento amoroso começou a ter valor, importância, para muitos burgueses, e o casamento foi paulatinamente tendo como motivação o amor. O ideal de amor que passou a sustentar o casamento foi o de amor romântico, mas não na sua faceta defensora da experimentação e da mudança, no seu lado subversivo, transgressor, crítico dos valores, normas e regras dos moralistas e puritanos da era vitoriana. O amor romântico que passou a servir de alicerce para o casamento burguês era marcado pela ênfase dada ao amor eterno, à liberdade de escolha, à unidade entre sexualidade e amor no casamento, à exclusividade e reciprocidade dos parceiros. A promessa deste amor era a de acesso à felicidade, uma felicidade proveniente da realização da expectativa de satisfação sentimental e sexual, da possibilidade de se ter maior, ou alguma, liberdade individual. Felicidade que iria re-energizar, fortalecer, o homem que se confrontava cotidianamente com as adversidades da vida laboral, pública, e que chegava em seu «lar» necessitando do amparo, da compreensão e do amor de sua esposa⁴. Apesar de o ideal ser o mesmo, homens e mulheres deram ao amor importância, significação e lugar diferentes (Lipovetsky, 2000, p. 21)⁵. De acordo com Lipovetsky (*op. cit.*), «há séculos, e cada vez mais depois do século XVIII, a mulher é valorizada como ser *sensível* destinado ao amor [...]» (p. 22). O devotamento, a necessidade de amar, a sensibilidade, a ternura, foram, e em alguma medida ainda são, atributos associados principalmente a ela. A mulher, que era assim percebida e incentivada a ocupar este lugar, se voltou para o amor com lentes de aumento. Entendemos que as expectativas e os sonhos das jovens se faziam tanto de amor romântico quanto de amor-paixão. O que estava em jogo era a possibilidade de se satisfazer amorosamente, ter acesso a um novo estilo de vida, a uma mudança no rumo de seus destinos.

No curso da história, o que se viu primeiramente, uma vez mais, foi a reprodução de uma ordem que confinava a mulher à esfera privada, refor-

⁴ Estamos nos referindo a uma época na qual os papéis masculinos e femininos eram bastante claros, demarcados, vigiados e, para a maior parte dos burgueses, cumpridos. Prioritariamente, o homem era quem trabalhava fora, exercia papéis públicos, sustentava financeiramente a casa e detinha o poder. Os papéis da mulher se limitavam, geralmente, à esfera privada, aos afazeres domésticos.

⁵ A esse respeito, v. também Badinter (1986), Giddens (1993) e Pais (1998).

çava sua dependência do homem e incapacidade de alcançar a plena soberania de si (*op. cit.*, p. 24). No entanto, ao crescer a ideologia do amor entre os burgueses, mais especificamente o amor romântico domesticado, o valor e o espaço da mulher se ampliaram, mesmo que ainda estivessem presos à vida doméstica, distantes da vida profissional, por exemplo. A mulher passou a ser valorizada como esposa e mãe. Era ela quem reconfortava o marido no casamento, quem prioritariamente cuidava do desenvolvimento e educação dos filhos, contribuía efetivamente para a organização no interior da família e, conseqüentemente, da sociedade. Através destas funções, da importância que era dada a ela, a mulher teve acesso a possibilidades de auto-realização e reconhecimento. Enaltecendo o amor romântico domesticado como base para o casamento, a sociedade burguesa de meados do século XIX legitimou a necessidade e a importância da satisfação sentimental e sexual dentro do casamento, começou a abrir o caminho para que a mulher pudesse alcançar alguma liberdade com relação às regras que o poder parental lhe impunha e reivindicar igualdade perante o homem. Ainda assim, ao mesmo tempo, o controle e a vigilância das vidas privadas continuavam; mantinha-se e reproduzia-se uma sociedade ordeira.

Para Lipovetsky (2000), as mulheres supervalorizaram o amor «porque ele implica um reconhecimento de seu direito a exercer certa dominação sobre os homens, porque preconiza comportamentos masculinos que levam mais em consideração a sensibilidade, a inteligência e a livre decisão das mulheres» (p. 46). Em seu trabalho, Lipovetsky não deixa claro de qual amor ele está falando, ora faz referência ao amor-paixão ora ao amor romântico. Entendemos aqui que a relação da mulher com ambas as formas de amor torna possível sonhos de intensidades emocionais, autovalorização e auto-realização, reconhecimento da autonomia feminina e acesso à posse de si, ou seja, à possibilidade de dispor livremente de si. Porém, quando se percebe a continuidade de uma ordem que coloca a mulher dependente do homem provedor, ainda presa à esfera doméstica, destinada a cuidar do marido, dos filhos e da casa, por vezes, renunciando a si, pensamos que o amor em questão é o amor romântico domesticado, apaziguado, levado para dentro do casamento burguês. Quando se supõe o amor romântico como fonte de felicidade é preciso levar em consideração esse processo complexo que ele ajuda a desencadear. Esta prática amorosa não somente viabiliza a satisfação sentimental e sexual, contribui para a construção de um espaço privado acolhedor, protetor, que se contrapõe à objetividade, dificuldades e frustrações da vida cotidiana pública⁶, como também serve de meio para se buscar

⁶ Isto não significa dizer que a vida se passasse necessariamente assim, ou seja, que o casamento romântico fosse sempre acolhedor, protetor e satisfatório e a vida pública fria, frustrante e cheia de empecilhos. No entanto, geralmente, a expectativa que se tinha do casamento romântico era a de uma «ilha de felicidade» (Luhmann, 1991, p. 205; cf. também Costa, 1998).

e enfatizar a liberdade, a autonomia, as idiossincrasias e o valor de cada um. Depreende-se daí o alto valor e o lugar de destaque que o amor romântico passou a ter a partir da segunda metade do século XIX e também o quê impulsionou as mulheres a lutarem por transformações na cultura amorosa.

Embora homens e mulheres defendessem o amor romântico, a partir do que foi exposto é possível entender por que eles deram ao amor importância e significação diferentes. Era mais fácil para os homens burgueses satisfazerem seus impulsos eróticos, sentirem-se valorizados, poderosos e importantes na cultura patriarcal da era vitoriana, buscarem sua autonomia e auto-realização. Pensemos, por exemplo, no investimento que era feito no casamento e na intimidade afetiva por homens e mulheres. Para estas, o casamento era revestido de grandes expectativas e vivido de modo bastante intenso; a vida afetiva doméstica ocupava um lugar central, enquanto para os homens ela co-existia paralelamente com a vida social — comparativamente, mais intensa do que a vida social das mulheres —, profissional e política. A satisfação amorosa e sexual das mulheres deveria se restringir ao casamento eterno e monogâmico. A própria satisfação sexual não era vista como o mais importante e sim a procriação. Casos de adultério feminino ocorriam, porém cercados de cuidados para não serem descobertos, pois, caso o fossem, seriam severamente punidos. Quanto à satisfação dos homens, embora daquele modo restrito também devesse ser, poderia vir a ser realizada, por exemplo, com prostitutas. Algumas vezes esta relação com prostitutas era até mesmo estimulada e, de algum modo, legitimada por razões de «saúde física» (Giddens, 1993, p. 16).

Em um primeiro momento, a mudança do modelo de amor conjugal burguês para o amor romântico domesticado foi percebida, principalmente, pelas mulheres como um grande e satisfatório avanço. É verdade que os interesses familiares não foram totalmente deixados de lado, que ainda nas primeiras décadas do século XX havia casamentos arranjados, ou seja, casamentos realizados tendo em vista, por exemplo, alianças políticas e econômicas. Porém, os aspectos comercial, financeiro e familiar do relacionamento amoroso foram paulatinamente dando espaço para uma prática amorosa que tinha valor em si. No entanto, é preciso enfatizar que muitas vezes aquela prática era legitimada socialmente desde que levasse os indivíduos, sobretudo as mulheres, ao casamento. Isto é, a relação amorosa era valorizada, mas sua finalidade última deveria ser o casamento e a procriação. O relacionamento era vivido e pensado como um projeto em longo prazo, no qual um homem e uma mulher planejavam e construiriam juntos e progressivamente o seu futuro relacional. Tomemos como exemplo a situação brasileira para pensar sobre o encadeamento das práticas amorosas e o encaixe destas em um projeto social que determinava o casamento, eterno, e a constituição de uma família — monogâmica e heterossexual — como

objetivos maiores a serem atingidos por homens e por mulheres em suas vidas amorosas.

O ORDENAMENTO DAS PRÁTICAS AMOROSAS

De acordo com os padrões e as regras dominantes na época, o namoro no Brasil do início do século xx deveria ser entendido e vivido como uma etapa para o casamento, a qual poderia durar meses ou anos. Antes mesmo do namoro havia o flerte, «um conjunto de olhares e gestos, significando interesse por alguém» (Esteves, 1989, p. 140), período que durava alguns dias ou várias semanas e no qual o rapaz tentava se aproximar da moça por quem estava interessado e ela avaliar e escolher o pretendente. Após o flerte começava o namoro propriamente dito. De acordo com Chaves (2001), entre a elite e a classe média brasileira, «o namoro [tradicional] não tinha um fim em si mesmo e não era considerado passatempo ou gozo de satisfações imediatas da afetividade. Como o namoro era ‘para casar’, não se concebia namorar mais de uma pessoa ao mesmo tempo» (p. 24). O período do namoro servia para os futuros cônjuges se conhecerem, a família da jovem tomar conhecimento e avaliar as intenções e os atributos do seu amado. O jovem só era aceito na casa dos pais da moça se o compromisso entre os dois inspirasse confiança, isto é, se houvesse um comprometimento e uma promessa de casamento. A partir da aprovação da união pelos pais, os preparativos para o casamento começavam e se estendiam pelo noivado, que também durava meses ou anos.

Ao longo de todo esse tempo, os namorados ou os noivos e suas respectivas famílias se empenhavam para tornar possível a união, no sentido de providenciar local de moradia para o futuro casal, desenvolver a carreira profissional do jovem, alcançar condições financeiras que permitissem o casamento e viabilizassem a criação dos filhos que deveriam nascer. Durante o namoro e o noivado havia uma grande vigilância e controle sobre o jovem casal a fim de manter a honra, a reputação e a pureza — em suma, a virgindade — da jovem (*op. cit.*, p. 23). Os valores e as regras que regulavam os relacionamentos amorosos faziam parte de uma política higiênica ditada pelas elites cidadinas e pelos médicos e eram definidos de maneira bastante clara e rígida. A importância e a extensão das regras e valores são vistas na citação abaixo:

Se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado «garantidor da saúde da humanidade», o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de «estabilidade social», era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa

necessidade para todos [A. A. Lima, *Conduta Sexual*, pp. 196-197, *apud* Maluf e Mott, 1998, p. 387].

O casamento definido como «uma etapa superior das relações amorosas» pressupunha a existência de uma hierarquia das práticas amorosas que deveria ser trilhada por todos. Fazer homens e mulheres crerem nisto era uma das metas da política higiênica. Mas não bastava que eles acreditassem e desejassem seguir este caminho, era preciso também manter uma vigilância constante sobre suas ações. Assim, o Código Civil brasileiro de 1916 estabeleceu uma série de normas para «regrar o vínculo conjugal, a fim de assegurar a ordem familiar» (*op. cit.*, p. 379). Com o intuito de reforçar a família como uma instituição social, foram elaborados argumentos para apaziguar e justificar as diferenças injustas entre os papéis sexuais e sociais atribuídos a cada sexo. Dentre esses argumentos, reforçados pela Igreja, por médicos e juristas, divulgados pela imprensa, destacam-se a arquitetura do lar feliz e a importância da mulher para a criação dos filhos e a organização doméstica. O papel da mulher como «rainha do lar» se apoiava no tripé mãe-esposa-dona de casa (*op. cit.*, p. 373). O que se viu foi a tentativa de domesticar as paixões e os desejos vistos como pecaminosos, aqueles que escapavam à idéia de uma alegria serena e à supremacia do respeito, da estima e da amizade mútua sobre o prazer.

De acordo com Maluf e Mott (*op. cit.*), «decididas a institucionalizar o amor com vistas a sustentar uma determinada ordem social, as elites transformaram em ameaça os relacionamentos ajustados por padrões mais flexíveis e simétricos, classificando de imorais as uniões cujo epílogo não coincide com o casamento» (p. 387). A liberdade individual, a mudança e a experimentação valorizadas pelo amor romântico foram cerceadas no amor romântico domesticado — aqui pensado por Maluf e Mott como uma «institucionalização do amor». A rigidez das normas e regras de conduta amorosa e o encadeamento entre as diversas «etapas» do relacionamento amoroso eram condizentes com uma sociedade que tinha a ordem como tarefa e a ambigüidade como um inimigo a ser aniquilado (Bauman, 1999), valorizava a razão, o progresso em longo prazo e a moderação. Cada uma das «etapas» do relacionamento dizia respeito a práticas distintas, mas todas elas deveriam remeter a um mesmo fim, o casamento — compromisso para a vida inteira. Apesar de essas práticas serem condizentes com o amor romântico domesticado, o campo amoroso no Brasil se mostrava variado e complexo.

Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX havia no Brasil uma grande influência dos valores da burguesia européia, uma importação da forma européia e burguesa de viver. Entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, com a consolidação do mercado capitalista, houve

uma forte política expansionista entre os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos. A escalada da produção propiciada pela revolução científico-tecnológica fez com que aqueles países buscassem matérias-primas disponíveis em todas as partes do mundo e tentassem ampliar o universo de novos mercados de consumo a fim de absorver os seus excedentes (Sevcenko, 1998, p. 12). Nesse processo, era necessário aos países da Europa e aos Estados Unidos não somente incorporar novas áreas às suas possessões territoriais, mas também, sobretudo, transformar o modo de vida das sociedades tradicionais (*ibid.*). Do outro lado, no Brasil, as autoridades políticas e econômicas desejavam fazer com que o país se aproximasse dessa nova ordem, que ele se modernizasse. Nessa tentativa, as novas elites cidadinas procuraram se ajustar aos padrões e modelos europeus e norte-americanos. Novos padrões de comportamento, valores e ideais chegavam ao Brasil, por exemplo, através da literatura, das revistas ilustradas, da criação do mercado fonográfico, da popularização do cinema e da intensa emigração. A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, que deveria servir de vitrine do país e que se apresentava como o pólo civilizador da nação, sofreu uma série de intervenções a fim de ser urbanizada e modernizada. No que tange às relações afetivo-sexuais, o parâmetro de modernidade adotado, principalmente, pelas elites foi o do discurso higienista.

Semelhantes aos burgueses europeus, as elites cidadinas brasileiras, apoiadas pela política higiênica, tinham como padrão amoroso o amor romântico domesticado. A ênfase maior era posta na associação entre sexualidade, amor e casamento. Era ensinado às mulheres pelos médicos que elas não somente poderiam como deveriam se satisfazer sexualmente, porém dentro do casamento eterno, e sem excessos, os quais, se ocorressem, seriam prejudiciais à gravidez e à amamentação dos filhos. Embora a satisfação sexual das mulheres não fosse condenada, ela deveria ser dirigida «no sentido do binômio mulher-mãe, não mulher-prazer» (Esteves, 1989, p. 59). No entanto, os valores, ideais e regras impostos a toda a sociedade brasileira do início do século XX não eram seguidos por todos e, entre aqueles que os seguiam, nem todos o faziam com a mesma preocupação. A imposição de práticas e comportamentos europeus ou norte-americanos sobre toda a população brasileira não se deu de forma tranquila e homogênea. Os novos padrões impostos pelas elites cidadinas e pelas classes políticas nem sempre eram bem aceitos e, inúmeras vezes, chocavam-se com outros hábitos, expectativas e valores de homens e mulheres pertencentes às mesmas elites ou provenientes de outras classes sociais. Além disso, é preciso lembrar que a população brasileira era bastante heterogênea, constituída de africanos, índios, portugueses e toda sorte de estrangeiros recém-chegados ao país, a qual criava um ambiente cultural plural e sincrético. Dentre os recém-chegados havia dançarinas e bailarinas que ousavam expor seu corpo, circulavam desacompanhadas em espaços considerados masculinos — como

bares e ruas — e se voltavam à produção e obtenção de prazeres interditados às «mulheres de família» (Menezes, 1998). Havia ainda o tráfico internacional de mulheres brancas, que inseriu o Rio de Janeiro em suas rotas, ampliando o mercado nacional da prostituição e fomentando o duplo padrão de moralidade (*op. cit.*, pp. 251 e 259) que, por exemplo, admitia para os homens relações sexuais fora do casamento, mas não para as mulheres.

Através da análise de 99 processos de defloração, estupro e atentados ao pudor cometidos na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século xx, Esteves (1989) analisa a vida afetivo-sexual das classes populares e chega a conclusão de que o comportamento amoroso e sexual das mulheres pertencentes a estas classes se dava de modo diferente daquele prescrito pelas elites cidadinas e pela política higiênica. Domésticas, lavadeiras e operárias namoravam e tinham encontros amorosos em lugares proibidos às moças das elites, tais como nas ruas, no trabalho e nas festas populares. Escolhiam seus companheiros, muitas vezes, independentemente da aceitação de seus pais. No início do século xx adquiriram uma autonomia de ação que somente em décadas mais recentes as moças de segmentos sociais mais altos conseguiram alcançar (*op. cit.*, p. 152). Diferentemente do esperado pelos padrões vigentes, para muitas moças pobres as relações sexuais ocorriam mais cedo, precediam o casamento e não exigiam o aprofundamento do namoro (*op. cit.*, p. 164). Segundo Esteves (*op. cit.*), os valores amorosos importantes para uma operária eram: «estremecimento nas relações amorosas, amor, liberdade para amar e se movimentar, respeito e consideração do companheiro, ânsias atendidas, ser dona de si mesma, até para trocar de companheiro independente das vantagens materiais» (p. 192). Estas parecem ser características próximas ao amor romântico — conforme descrito anteriormente —, apesar de, segundo os valores das operárias, o ardor sexual ser mais ou tão importante quanto o amor sublime e de não haver protelação da satisfação, pelo contrário, ela se impor como necessária e imperiosa. Com estas variantes, e mais, sem trazer a preocupação com o aperfeiçoamento do mundo — marca do amor romântico —, essa parece ser uma outra forma de apropriação do amor romântico ou uma nova configuração para ele. Aqui não pensamos no amor-paixão porque nos parece haver uma preocupação com o domínio de si, as tarefas do dia-a-dia, e a satisfação física mais imediata, aspectos ausentes no amor-paixão.

Esteves chama a atenção para o fato de que as classes populares com referências outras que não aquelas das elites cidadinas e da medicina higiênica eram construtoras da diversidade (*op. cit.*, p. 118). As práticas afetivo-sexuais de moças pertencentes àquelas classes revelam que elas possuíam regras de honestidade, de namoro e de casamento; no entanto, as regras eram diferentes, concernentes aos seus próprios valores e expectativas. Diferentemente do que defendiam e exigiam médicos e juristas, muitas moças

pobres mantinham relações sexuais pré-maritais sem que isto fosse visto por elas e seus pares como um problema. Declaravam suas conquistas amorosas, mostrando assim seu distanciamento da postura de passividade que era esperada de «moças sérias». Sentiam e procuravam prazer na relação sexual, a qual deixava de ter como objetivo único a procriação. Valorizavam a honestidade; porém, esta era caracterizada, por exemplo, pelo fato de se ter somente um namorado, e não pelas rígidas regras que defendiam a virgindade e o ideal de casamento. A aproximação entre uma moça e um rapaz era feita de forma direta, normalmente sem o jogo de olhares e os gestos característicos do ritual do flerte das elites. O namoro se iniciava logo, era mais curto e tinha valores específicos, tais como decisões próprias — independentes das opiniões da família —, vigilância familiar superficial, passeios a sós e liberdade de movimentos. Embora entendidos como imorais dentro da política higiênica, estes valores eram considerados honestos pelas classes populares.

Para Esteves, as dificuldades de sobrevivência, a ausência de propriedades, a instabilidade econômica e a complexidade para se lidar com referenciais institucionais de outras camadas sociais fizeram com que muitos homens e mulheres de classes menos favorecidas socialmente se afastassem do casamento legal e optassem, por exemplo, pelo amasiamento (*op. cit.*, p. 182). O amasiamento era uma opção real de vida conjunta, não tinha como condição fundamental a virgindade e era aceito e legitimado entre seus pares. Porém, conforme Maluf e Mott (1998) afirmam, «em nome de uma ligação de amor que fundisse existências, e não somente sexos, o amor na mancebia foi transformado em objeto de intervenção. Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram os termos do discurso que pretendia regular as uniões consensuais» (p. 387). A prática amorosa mais flexível e simétrica do que o casamento definido pelos padrões da política higiênica foi considerada imoral e aqueles que assim viviam sofreram uma série de repressões e intervenções. De qualquer modo, apesar de conviverem, conhecerem e até mesmo assumirem alguns valores higiênicos, muitos populares procuraram continuar vivendo amasiados e amando de maneira mais livre.

O trabalho de Esteves (*op. cit.*) ajuda a ver como o amor e a sexualidade eram compreendidos e vividos de maneiras distintas por indivíduos de classes sociais diferentes, mesmo estando ambos dentro da mesma política médica, jurídica, social. Mais do que isso, percebe-se como as noções, expectativas e práticas amorosas de uns chegavam até os outros. A autora afirma que «as moças de elite também cometiam ‘deslizes’» (*op. cit.*, p. 146) frente às regras higiênicas, que elas «burlavam regras, mas tinham maiores possibilidades de saber como as aparências eram mantidas» (*op. cit.*, p. 156), que elas poderiam vir a ter relações sexuais antes do casamento mas, caso fossem descobertas, «[...] seus familiares iriam pressionar a realização do casamento ou puni-las e segregá-las» (*op. cit.*, p. 165). Sem dúvida, as

regras e os costumes das elites cidadinas chegavam até as moças de classes sociais menos favorecidas de modo mais forte e violento. No entanto, acreditamos que houvesse também uma influência contrária, que as jovens das elites tomassem conhecimento do universo amoroso daquelas — assim como o de bailarinas, dançarinas e/ou estrangeiras — e talvez, em algum momento, o confrontassem com o seu próprio.

Do conhecimento ou da imposição de outras noções e formas relacionais amorosas surgia uma mistura de expectativas e de práticas que, todavia, não deixavam de ser vigiadas e reguladas culturalmente, socialmente e politicamente. Embora pudesse haver uma defasagem entre as normas culturais e as práticas afetivo-sexuais individuais, existia um poder organizador do coletivo sobre o individual que forçava a integração do indivíduo na sociedade. Havia um controle social sobre as práticas individuais no sentido de tentar alterá-las ou ordená-las de tal modo que viessem a reproduzir o modelo dominante existente (o amor romântico domesticado). Este controle era claro, rígido, estável e externo ao indivíduo. Ele se apoiava em um discurso que tinha o objetivo de limitar a legalidade e a exploração da pluralidade do campo amoroso. Este discurso pretendia ordenar as diversas maneiras de amar, encadear e hierarquizar as diferentes práticas e impor a todos *uma* forma relacional definida como a melhor, a correta e a que deveria ser seguida por todos. Neste contexto regulado político-socialmente, se o indivíduo transgredisse as regras vigentes, ele saberia que estaria infringindo uma norma e que, muito provavelmente, haveria uma punição por isso. A transgressão de uma regra era um tipo de acontecimento que tinha importância, deixava no indivíduo uma marca, um registro que possivelmente não era esquecido com facilidade e influenciava na direção e na reflexão sobre suas ações futuras. Se uma jovem quebrasse o encadeamento entre as diversas «etapas» do relacionamento amoroso, ela provocaria uma ruptura desestabilizadora da ordem presente, tiraria da prática (namoro, por exemplo) a sua finalidade (casamento). Sua ação estaria indo contra o projeto social que incluía entre suas diretrizes, da parte de homens e mulheres, a constituição de uma família, a construção em longo prazo de uma relação amorosa heterossexual, monogâmica e eterna.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P., e BÉJIN, A. (1987) (orgs.), *Sexualidades Ocidentais*, 3.^a ed., São Paulo, Brasiliense.
- BADINTER, E. (1986), *L'Un est l'autre — des relations entre hommes et femmes*, Paris, Le Livre de Poche.
- BAUMAN, Z. (1999), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- CAMPBELL, C. (2001), *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*, Rio de Janeiro, Rocco.
- CHAVES, J. C. (2001), «Ficar com», in *Um Novo Código entre Jovens*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Revan.

- CHAVES, J. C. (2004), *Contextuais e Pragmáticos: Os Relacionamentos Amorosos na Pós-Modernidade*, tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA, J. F. (1979), *Ordem Médica e Norma Familiar*, Rio de Janeiro, Graal.
- COSTA, J. F. (1998), *Sem Fraude Nem Favor: Estudos sobre o Amor Romântico*, Rio de Janeiro, Rocco.
- DUBY, G., et al. (1991), *Amour et sexualité en Occident*, Paris, Le Seuil, col. «Points Histoire».
- ESTEVES, M. de A. (1989), *Meninas Perdidas: Os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAY, P. (1990), *A Paixão Terna*, São Paulo, Companhia das Letras.
- GIDDENS, A. (1993), *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor & Erotismo nas Sociedades Modernas*, São Paulo, UNESP.
- LEJARRAGA, A. L. (2002), *Paixão e Ternura: Um Estudo sobre a Noção do Amor na Obra Freudiana*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, FAPERJ.
- LIPOVETSKY, G. (2000), *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino*, São Paulo, Companhia das Letras.
- LUHMANN, N. (1991), *O Amor como Paixão — Para a Codificação da Intimidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MALUF, M., e MOTT, M. L. (1998), «Recônditos do mundo feminino», in N. Sevcenko (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, 3, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 367-421.
- MENEZES, L. M. de (1998), «Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950)», in C. Bruschini e H. Buarque de Hollanda (orgs.), *Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas pp. 249-280.
- PAIS, J. M. (1998), «Vida amorosa e sexual», in J. M. Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Secretaria de Estado da Juventude, pp. 407-465.
- ROUGEMONT, D. de (2003), *A História do Amor no Ocidente*, 2.^a ed., São Paulo, Ediouro.
- SEVCENKO, N. (1998), «O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso», in N. Sevcenko (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, 3, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 7-48.
- SIMMEL, G. (1967 [1902]), «A metrópole e a vida mental», in O. G. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*, 1.^a ed., Rio de Janeiro, Zahar, pp. 13-28.
- SIMMEL, G. (1993 [1892]), *Filosofia do Amor*, São Paulo, Martins Fontes.
- STENDHAL (1999 [1822]), *Do Amor*, 2.^a ed., São Paulo, Martins Fontes.
- VAITSMAN, J. (1994), *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*, Rio de Janeiro, Rocco.